

Migrações heterogêneas, superpovoamento e busca de oportunidades imediatas se contrapõem à conservação do patrimônio arquitetônico de Brasília e reorientam o planejamento urbano no Distrito Federal

Eugênio GIOVENARDI*

* Pós-graduado em Sociologia do Desenvolvimento na Universidade de Paris (1969 e na Loughborough University of Technology (1972), Inglaterra.

SQS 406 BLOCO T AP 101 – 70255-200 - BRASÍLIA, DF

Resumo

A ocupação do território do Distrito Federal, após cinquenta anos da inauguração de Brasília, representa um processo de crescimento acelerado da urbanização. O Plano Piloto projetado se constituiu de um agrupamento de habitantes, basicamente funcionários públicos e familiares, encarregados de fazer funcionar a máquina burocrática do governo. Embora assentados em cidades denominadas satélites e a seu redor, agrupamentos reflexivos, semelhantes em sua origem, sem qualificação profissional, ocuparam as fimbrias do Plano Piloto em busca de oportunidades para satisfazer suas necessidades e seus interesses imediatos. O papel dessa população na conservação do patrimônio arquitetônico de Brasília é indefinido e não parece pertencer ao quadro de suas preocupações cotidianas. Ela representa mais da metade dos habitantes de Brasília. A área rural, por falta de vigilância e controle dos órgãos competentes, se reparte em lotes e condomínios informais que se agregam à expansão urbana, provocando devastação ambiental, destruindo a vegetação nativa do cerrado e reduzindo a recarga dos aquíferos. Visto de fora, o planejamento urbano parece restringir-se aos monumentos, à projeção de novos edifícios e, especialmente, a ampliar o sistema viário com duplicação de vias, viadutos e estacionamentos para facilitar o fluxo de automóveis privados em detrimento do transporte público.

A área rural e a urbana devem constituir, no DF, uma unidade indissolúvel de planejamento, necessária para determinar e definir os limites da ocupação territorial em razão de sua limitada capacidade de suportar a pressão populacional e a intensa demanda da riqueza natural.

Palavras chave: Migração, superpovoamento, oportunidades, rural-urbano

Abstract

The occupation of Federal District territory, after fifty years of inauguration of Brasilia, represents an accelerated growth of urbanization process. At the beginning, the projected Plano Piloto received a group of inhabitants, civil servants and their relatives, to be in charge of bureaucracy and to keep the machine functioning. Other waves of people, without professional qualifications, moved by their own interests and immediate necessities, established themselves in the surroundings, denominated satellites towns. These immigrants represent more than half of total inhabitants of Brasília. Their role in the protection and conservation process of the architectural patrimony of Brasilia is undefined and does not seem to belong to their personal preoccupations.

Due to the lack of control by official institutions, rural area has being divided into small properties and informal condominiums provoking environmental devastation, destruction of native vegetation of the Cerrado biome, reducing drastically the recharging of aquifers.

Until now, the urban planning seems to refer only to monuments, to project new buildings and particularly to increase and improve the traffic system by duplicating lines and viaducts, multiplying and enlarging car parking to privilege the use of private transport instead of public one.

In the case of Federal District, at the present, rural and urban area should constitute an indissoluble unit of planning, necessary to determinate and define the limits and the density of territorial occupation because of its restrained capacity to support the population pressure and the intense demand of natural resources.

Keywords: migrations, urbanization growth, opportunities, rural-urban.

Introdução

Os pontos de reflexão apresentados neste texto brotam de minha formação sociológica, dedicação à ecologia e observação dos fatores culturais que atuam sobre o acelerado crescimento urbano de Brasília. Aponto dificuldades culturais de proteção e conservação do patrimônio arquitetônico de Brasília e de continuidade do planejamento urbano baseado na concepção do projeto original. Diante do fato concreto do superpovoamento de Brasília, parece estar no subconsciente dos grupos migratórios uma decisão espontânea e definitiva: o Plano Piloto é deles (políticos e elite intelectual), o DF é nosso.

No período de quarenta anos de vivência em Brasília, dos 50 que a cidade acumula, ao todo contratei serviços de oito diaristas para atividades domésticas e de nove *caseiros* para atividades rurais e de preservação do patrimônio ecológico e ambiental de uma área de cerrado. Três prestadores desses serviços eram semianalfabetos, os demais catorze, totalmente analfabetos, isto é, mal sabiam desenhar o nome. No Distrito Federal e na capital da república, o analfabetismo foi, portanto, uma constante no passar dos anos. Os imigrantes, em idade laboral, traziam o analfabetismo das regiões onde os serviços básicos de educação eram precários ou inexistentes. Agregado ao analfabetismo desembarcou com eles a carência de capacitação profissional adequada às demandas próprias de uma cidade planejada.

O Distrito Federal, as áreas de fronteira e a cidade de Brasília se tornaram um imenso repositório de cidadãos analfabetos e desqualificados para as atividades urbanas. Não se enquadravam nos moldes da modernização tecnológica da agricultura nem cabiam nas profissões requeridas pelo funcionamento da máquina urbana. Brasília contava com esses cidadãos para sua construção, expansão, preservação do patrimônio arquitetônico e sedimentação da convivência social.

A população de Brasília

Confronto duas categorias distintas de povoadores: os que vieram para ocupar o espaço planejado, o Plano Piloto, administrar a cidade capital e o país; e os que desembarcaram atraídos por oportunidades, facilidades e serviços imediatos.

O vetor de interesses de uns e de outros, na ocupação do novo habitat, determina a disposição cultural de proteger e conservar um patrimônio arquitetônico que assimetricamente lhes diz respeito. O crescimento acelerado do superpovoamento atingiu a área metropolitana e rural de Brasília e afetou frontalmente e redirecionou o planejamento urbano.

A população da cidade projetada, em seu início, compunha-se essencialmente de funcionários da burocracia estatal, prestadores de serviços básicos e auxiliares, da diplomacia, de representantes eleitos para o Congresso Nacional e familiares. A ela se agregaram trabalhadores da construção, engenheiros e arquitetos, professores,

corretores de imóveis. No rastro da cidade erguida, migrações estimuladas pelo poder público, grande parte expulsa da periferia agrícola, assentaram-se às margens da cidade.

Contrastante com a modernidade de Brasília, estão subjacentes na população atraída pela nova capital a prática das queimadas, o corte de matas e florestas para expandir a produção, prejudicada pelo esgotamento das terras, a destruição do habitat natural da fauna e da flora e o hábito da “limpeza” de áreas para nelas jogar a semente. Esse comportamento se reproduz, em parte, na ocupação de terrenos urbanos. Os novos habitantes, estimulados pela inércia administrativa, buscam naturalmente localizar-se próximos a pontos que respondam às necessidades e aos serviços de seu interesse imediato. Seja para obter um emprego, seja para fugir dos altos preços dos serviços básicos, garantindo a sobrevivência do grupo a que pertencem, familiar ou social. (ANJOS, 2003, p. 202).

Não se estabeleceu com rigor, desde o início, o planejamento urbano preventivo, associado a processos de educação ambiental e respeito à riqueza natural, descrita nos documentos da missão exploratória da região, que apontasse para o equilíbrio entre densidade demográfica e capacidade de suporte ecológico do território.

Ergueu-se, no decorrer de cinquenta anos, um patrimônio populacional subavaliado. A onda migratória foi gigantesca, atraída por serviços básicos e possibilidades de trabalho remunerado, aliados à invencível proximidade do poder que, no imaginário popular, deve resolver todas as dificuldades. Apesar dos exemplos históricos das migrações a São Paulo, Belo Horizonte e outras capitais, subestimou-se a tendência anunciada da ocupação rápida do novo território pela força de atração da construção de Brasília. O planejamento prospectivo de ordenamento territorial, a demarcação de áreas inflexíveis de proteção ambiental, o estudo minucioso da morfologia e dos riscos geológicos, a capacidade de sustentação natural que definissem a densidade populacional do Distrito Federal ficaram a meio caminho.

Um olhar estático sobre os monumentos urbanos, o traço da arquitetura moderna de Brasília e a influência deles na compreensão e no comportamento da população para sua conservação e aprimoramento não parece suficiente. A dinâmica de uma cidade está na ordem direta de *como* as pessoas se agregam e organizam para conviver num espaço, adequar-se ao meio e beneficiar-se de serviços coletivos e necessários à sobrevivência.

Agrupamentos passivos e reflexivos

Podem-se distinguir agrupamentos urbanos reflexivos, os que se voltam para dentro de si mesmos com interesses imediatos. Organizam-se em razão de necessidades, conveniências, bens naturais disponíveis e outras circunstâncias que garantam a sobrevivência e/ou sua reprodução. A arquitetura e o traçado desses agrupamentos passam ao largo da Brasília projetada e construída. Inspiram-se nas práticas anteriores mescladas ao conhecimento empírico do novo espaço e num contato mais dependente das condições explícitas do solo, a locomoção, o acesso a serviços básicos e habitação. A dinâmica desses agrupamentos será impulsionada a adequar seus costumes a novas regras e a aceitar a autoridade fluida que os dirige. Os agrupamentos reflexivos, com

mesmas características de origem e processos imitativos, se estabeleceram nas vizinhanças da urbe não pela arquitetura monumental e moderna de Brasília, mas pelas oportunidades visualizadas. Aqui havia ou haveria soluções práticas a necessidades e interesses imediatos. As terras públicas foram tomadas por assentamentos improvisados, invasões e ocupação ilegal, menosprezando os riscos geológicos e destruindo áreas de proteção ambiental, com perspectivas sombrias de escassez de água. As “cidades satélites” intensificaram a ocupação territorial.

Distinguem-se dos reflexivos os agrupamentos urbanos passivos, organizados previamente para cumprir funções. Distintas categorias de pessoas especializadas são convocadas para cumprir tarefas e manter o funcionamento de atividades determinadas. O traçado de Brasília, em sua concepção funcional e arquitetônica se enquadra nesse tipo de agrupamento passivo. Não são os cidadãos que definem, projetam e constroem a cidade. É a concepção de funcionalidade que projeta e impõe ao cidadão a forma, o modelo e o uso dos equipamentos. A beleza, a imponência, a originalidade, o fascínio da obra arquitetônica subsistem e independem do agrupamento humano que a utiliza. Ao contrário, as pessoas são forçadas a se adaptarem à forma.

A função básica de Brasília é ser a cabeça do país com a qual coordena a burocracia legislativa, a judicial e a do exercício do poder, formando a elite burocrática. Brasília, no entanto, não se conteve na concepção projetada de capital administrativa do país. Os agrupamentos reflexivos provocaram adaptações, impuseram sua força de organização e reorientaram os planos de ordenamento territorial.

Tendências contrastantes

Brasília, nestes 50 anos de vida, foi flexionada, no espaço e no tempo, pelo enfrentamento das exigências da organização passiva de sua população específica, com os interesses de populações não planejadas que se colaram ao agrupamento passivo. Há que buscar nesse confronto de tendências contrastantes a relação de convivência entre o agrupamento reflexivo e livre e o agrupamento passivo e funcional emoldurado na concepção de um projeto pré-estabelecido. (FICHER, 107 e CAMPOS, 147)

Qual seria a população suficiente para cumprir as funções burocráticas da capital da república? As controvérsias sobre o número máximo ideal são questões inócuas diante da relação dinâmica entre o agrupamento passivo previsto e a organização reflexiva espontânea e estimulada ao redor do núcleo central projetado. Brasília, Patrimônio Cultural da Humanidade é a conjunção do agrupamento passivo e do reflexivo.

O patrimônio urbano que se projetava e construía com os traços da arquitetura moderna e monumental, adequada a uma nova capital para um novo país, abrigou e continua abrigando um patrimônio humano contrastante, disseminado em núcleos residenciais circundantes que pouco ou nada se parecem com o ventre de onde se originaram. Perdeu-se o DNA da cidade-parque.

O DF conta com uma população de 2,6 milhões de cidadãos. Uma bomba demográfica cujas consequências não foram ainda conscientemente apreciadas pelos

administradores públicos e, quiçá, nem pelos planejadores do desenvolvimento urbano. E, com a bomba demográfica e o superpovoamento, de efeitos retardados, explodiu a dinamite da desigualdade e a incapacidade burocrática crônica de administrar grandes populações. Brasília congrega os maiores salários e a pobreza quase extrema, cientistas e professores renomados e o analfabetismo literal e funcional, os serviços de saúde mais avançados e, em hospitais, filas de espera desumanas, universidades bem-avaliadas e escolas primárias semiabandonadas.

Não há de se estranhar que o planejamento urbano seja dicotômico e classista. Busca, por um lado, atender aos reclamos da arquitetura já sinalizada, conveniente à grandeza da capital e aos equipamentos da burocracia. Por outra parte, responde à pressão das demandas de uma população que põe em confronto a quantidade e a qualidade dos serviços, especialmente a moradia, o transporte público, a educação e a saúde.

Que significa Brasília para a maioria dos habitantes do Distrito Federal que mal identificam os monumentos tombados pelo Patrimônio Histórico? E o que representa essa maioria de cidadãos para os planejadores de Brasília?¹ O conceito de pobreza, baixa renda, desqualificação profissional se sobrepõe ao de cidadão. Aos pobres, aos que foram expulsos da periferia rural e se agruparam nas orlas urbanas, o tratamento corresponde ao critério *mais que nada*, isto é, tem aqui mais do que possuíam lá. Falham os critérios democráticos de atendimento e respeito ao cidadão no que se relaciona com educação, saúde, transporte, conforto ambiental. O planejamento urbano parece dirigir-se às classes sociais e não ao cidadão.

As dificuldades de elaboração e execução do planejamento urbano, relativas à ocupação do território e ao traço de modernidade proposto e aprovado para Brasília, decorrem de vários fatores desagregados. Os elementos fundamentais do planejamento urbano residem na demanda da população, isto é, no cidadão, e na oferta representada pelo território disponível, delimitado por seus próprios recursos geográficos, morfológicos e geológicos. Várias e distintas são as forças que se medem na atividade de planejamento urbano. Entre elas: a autoridade estatal dispersa em secretarias e departamentos autônomos, sindicato da construção civil, com interesses estratégicos específicos, organismos não governamentais de proteção ambiental, associações de moradores, Câmara Legislativa e, não menos importante, quadros médios do funcionalismo por onde passam as filigranas dos pareceres e das decisões maiores para viabilizar a execução dos planos. Ressalte-se a atuação desagregadora da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (CAESB) e da Companhia Energética de Brasília (CEB), como empresas autônomas, na prestação de serviços a condomínios irregulares ou invasões de áreas públicas.

O conflito de interesses, de normas e de leis em jogo não detém o crescimento da demanda da população e força a abertura de novos territórios com sacrifício da natureza.

¹ A sequência e a frouxa aplicação dos planos: Plano de Estrutura de Ordenamento Territorial (PEOT, 1977), Plano de Ordenamento Territorial (POT, 1985), Plano de Ocupação e Uso do Solo (POUSO, 1986), Plano de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial (PDOT, 1997) revelam a ineficiência na administração de grandes populações resultantes da bomba demográfica.

Em consequência, as invasões de áreas rurais, complemento da expansão urbana, continuam à luz do dia, causando o dismantelamento ecológico de grandes regiões, insustentabilidade ambiental, destruição de mananciais, substituindo-os por poços artesanais sem autorização dos órgãos competentes.

Os parques e a arborização das ruas e entrequadras de Brasília são para o cidadão o que os bosques, as matas ciliares e a vegetação nativa da área rural são para a cidade. Por isso, a área rural e a urbana constituem uma unidade de planejamento que determina e define a ocupação racional do território e as dimensões adequadas da cidade. O crescimento da população e a conseqüente expansão urbana contribuem para a desertificação de extensas áreas. Minimizar esse impacto do homem sobre a natureza, adequar a oferta de bens naturais – água, flora e fauna – às exigências implícitas do funcionamento da vida urbana, são determinantes da distribuição espacial de uma população.

Não se trata de jogar com as periferias por mera solidariedade aos pobres. Os bairros não podem ser divididos e cunhados com critérios de classes sociais. Os direitos do cidadão não se coadunam com os critérios de tratamento ideológico dado a populações marginais. Enquanto o planejamento discrimina, em sua aplicação, os direitos do cidadão, os pobres serão tratados como pobres, com serviços pobres, urbanização pobre. Diante da superpopulação e do superpovoamento de Brasília há que se capacitar os funcionários e equipar o complexo administrativo para que a democracia dos direitos à vida humana digna chegue a todos, não porque se enquadram na categoria pobre, mas porque são cidadãos. A estética, a arte e a arquitetura urbana podem ser variadas, mas não deterioradas pelo conceito de classe que rege a discriminação de grandes camadas da população.

Aplicam-se, hoje, diante de uma população que exorbita a capacidade de sustentação ecológica e geológica do solo do DF, os critérios de planejamento urbano da década de 50 e 60, quando as perspectivas de Brasília eram menos estridentes? O planejamento urbano parece dirigir-se mais explicitamente a monumentos, a edificações, a novos bairros com investimentos imobiliários e, principalmente, aos requerimentos do “sistema viário”. Em Brasília, o “sistema viário” tornou-se um dos pontos cruciais do planejamento urbano “tocador de obras” com multiplicação de vias, viadutos e estacionamentos. A expansão irracional do uso do carro individual que serve, na maioria dos casos, a uma só pessoa, sacrifica o transporte coletivo e o reduz a uma opção difícil, cara e de má qualidade.

Conclusões

A área rural e a área urbana devem ser consideradas como uma unidade indissolúvel, vinculando estratégias de planejamento urbano ao das funções da área rural, não apenas produtora de alimentos, mas também inibidora da urbanização descontrolada. Medidas preventivas, a cargo do Estado, dada a pressão constante da população por força da mobilidade espacial, social e econômica, são negligenciadas, em

parte, pela falha de gestão, controle e fiscalização de funcionários de órgãos específicos. Medidas preventivas, já estabelecidas em todos os planos de ordenamento territorial, referem-se à proteção dos mananciais, dos bosques e da vegetação circundante de córregos e rios, formando reservas verdes em torno de núcleos habitacionais. O aproveitamento e o armazenamento das águas da chuva podem contribuir para a estética ambiental, o controle da poluição urbana e melhor índice da umidade do ar, nas circunstâncias meteorológicas do DF.

Um novo olhar sobre o cidadão, independentemente de sua classe social ou de sua localização no mapa da cidade contribuirá para mudar o tratamento de quase desprezo para os habitantes das orlas urbanas. O descuido com as medidas preventivas do planejamento urbano, aguçado pelos precários serviços de proteção ambiental, conduz ao desleixo de transformar as margens das rodovias, os espaços vazios e córregos em depósitos de lixo. A rodovia federal BR 060 e a DF 290 são protótipos do descabimento do planejamento urbano, da incapacidade administrativa e da educação da população.

Ao mesmo tempo, capital e metrópole, a conservação do patrimônio de Brasília terá que sugerir adequação do planejamento urbano que harmonize o crescimento demográfico e a ocupação do território caracterizado pela sensível e frágil morfologia geológica do Distrito Federal. (ANJOS, 2010, p. 369).

O patrimônio urbanístico de Brasília será percebido pela maioria quando, próximo a ela, se ergam obras arquitetônicas que reproduzam os conceitos e as práticas refletidos no Plano Piloto.

O impacto do homem sobre a natureza, no seu afã de dominá-la, terá resposta implacável no impacto que a natureza, num tempo indefinido, devolverá aos cidadãos. Respostas contundentes atordoam centenas de cidades do país e ecoam nos morros que deslizam sobre elas.

Referências bibliográficas

- ANJOS, R. S. A. dos. Estruturas básicas da dinâmica territorial no DF. In PAVIANI, A. e GOUVÊA, L. A. de C. (Orgs.) *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília: Editora UnB, 2003, 316 pp.
- NUNES, B. F.- *Brasília: a construção do cotidiano*. Brasília. Paralelo 15, 1997.
- MITSCHERLICH, Alexander. *A cidade do futuro*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1972.
- PAVIANI, A. et alii (Orgs.). *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília, Editora UnB, 2010.
- SCHMIDT, B.- FARRET, R.. *A questão urbana*. Rio de Janeiro. Zahar, 1986.
- PAVIANI, A.; GOUVÊA, L. A. de C. (Orgs.). *Brasília: Controvérsias ambientais*. Brasília, Editora UnB, 2003.